

O poder sindical

ANL P3

"O direito irrestrito de greve, garantido no texto aprovado em plenário pela Constituinte, vai aumentar o grau de conflitos trabalhistas e, ao não prever limites ou o controle pela autoridade, pode levar a uma situação em que o governo se veja obrigado a passar por cima da Constituição." Esta frase, do professor Leôncio Martins Rodrigues, titular de Ciências Políticas da USP, foi publicada pelo *Estado* no dia 1º de maio, como principal conclusão de uma mesa-redonda realizada pelo jornal, em Brasília, com a participação do cientista político e de quatro parlamentares: Luis Gushiken (EB), Roberto Freire (PCB), Guilherme Afif Domingos (PL) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

As conclusões da mesa-redonda foram um sinal de alerta para os 559 constituintes, que, logo depois, começaram a votar o texto da nova Constituição da República. Na ocasião, o líder sindical bancário e deputado Luis Gushiken chamou a atenção para o fato de que, por reforçar a estrutura corporativista e fascista do sindicalismo brasileiro, "a Constituição, tal como foi redigida, levará inevitavelmente à greve selvagem". As palavras proféticas do professor Martins Rodrigues e o presságio agourento de Gushiken, contudo, não mereceram maior atenção do plenário do Congresso, mais interessado em reforçar os *lobbies*

da burocracia sindical do que em ouvir advertências sensatas. As previsões caíram no vazio.

O Congresso Constituinte, que reuniu poderes para alterar significativamente a rota da Nação, não conseguiu tê-los num grau capaz de permitir sua interferência na inevitabilidade de certos fatos. Num ambiente em que falta ao governo duas condições básicas para evitar a desordem — autoridade para reprimi-la e mecanismos da lei para contê-la —, a greve selvagem antevista nos pesadelos futuristas do deputado petista de São Paulo deixou de ser uma preocupação para se transformar em realidade. Três cadáveres resultam do conflito armado entre as forças de ocupação do Exército e os grevistas da Companhia Siderúrgica Nacional, e o processo de paralisação do trabalho continua sua dinâmica em todas as direções nas várias regiões do País. Ontem, foram os metalúrgicos de Volta Redonda, hoje, são os petroleiros de todo o País, amanhã, só Deus sabe quem vai cruzar os braços e partir para a agressão, mas certamente haverá alguém disposto a ir até o fim, sem hesitações.

Na mesa-redonda de Brasília, o professor Leôncio Martins Rodrigues avisou que "o texto da nova Constituição representa um aumento — sem paralelos, não apenas no Brasil, mas em todos os países do mundo — do poder sindi-

cal". A nova ordem constitucional ainda nem foi estabelecida na prática, mas o novo poder da burocracia sindical já resolveu enfrentar a autoridade pública num perigoso acerto de contas realizado em clima de confronto, numa queda de braços tensos e armados.

Na verdade, a burocracia sindical, criada no Estado Novo, alimentada na democracia populista e sobrevivente aos anos de autoritarismo tecnocrático-militar, é hoje um agente político importante no jogo do poder do Brasil. Apesar da existência da CGT e do grupo do sindicalismo de resultados, o braço político mais poderoso e mais bem-estruturado dessa elite de dirigentes sindicais é o PT, cuja face sindical é a CUT. Assim sendo, não se pode deixar de relacionar o teste de força das greves que movimentam o Brasil, hoje, com o quadro eleitoral cada vez mais favorável ao Partido dos Trabalhadores, em suas perspectivas para o dia 15.

As pesquisas de intenção de voto não deixam dúvidas quanto ao crescimento do partido do deputado Luiz Inácio Lula da Silva em cidades importantes do Brasil inteiro. No ABC, berço da CUT e do PT, por exemplo, o partido pode não apenas manter a prefeitura de Diadema, como também conquistar a administração municipal de Santo André e assumir o Paço Municipal de São Bernardo do

Campo, em cujas proximidades foram travadas as batalhas de rua de metalúrgicos em greve com a polícia, na virada dos anos 70 para os 80. Jacó Bittar, remanescente desses movimentos grevistas, está em segundo lugar em Campinas e o partido tem chances em Santos, Franca e Piracicaba. Os últimos resultados de São Paulo dão conta de um inesperado crescimento da candidatura de Luíza Erundina, agora tecnicamente empatada com a oficial, de João Leiva (PMDB), na luta pelo segundo lugar. Em Porto Alegre, o presidente nacional do partido, Olívio Dutra, já reúne mais condições para comemorar a vitória do que seus adversários do PMDB, do PFL e do PDT de Leonel Brizola.

A escalada do PT ao poder municipal de importantes núcleos urbanos brasileiros é, parcialmente, como diagnóstica Olívio Dutra, o resultado do descontentamento do eleitorado em relação às promessas não cumpridas pelo PMDB na Nova República, bem aproveitado por um discurso radical e coerente, uma raridade no frágil e inconstante quadro partidário brasileiro. Mas é também o primeiro fruto do enorme poder paralelo que a Constituinte deu à burocracia sindical, que, na teoria, o PT combate, mas de que, na prática, o partido se nutre com um pragmatismo comparável ao das mais astutas raposas políticas da História da República brasileira.